

EXPANSÃO CANAVIEIRA E RESISTÊNCIA SITIANTE

Beatriz Medeiros de Melo, Maria Aparecida de Moraes Silva

RESUMO

Na primeira década deste século a expansão da cana-de-açúcar alcança o extremo noroeste paulista, território ocupado, desde os arredores dos anos 1950, por sítiantes que aí se estabeleceram depois do trabalho realizado como colonos nas fazendas de café do centro do Estado. Neste artigo, apresentamos as estratégias de resistência cotidiana empreendidas por este grupo à ocupação dos territórios em que viviam. Iluminadas, sobretudo, pelas reflexões sobre o tema realizadas por James Scott, tais estratégias encontram seu fundamento, sobretudo nos princípios de uma economia moral camponesa, e manifestam-se tanto nas estratégias diretas de reprodução da vida (material e simbólica), como em pequenas rebeliões, boicotes e na disseminação de boatos.

Palavras-chave: Resistência Cotidiana; Expansão Canavieira; Sítiantes.

SUGARCANE EXPANSION AND RESISTANCE OF SUGARCANE FARMERS

ABSTRACT

In the first decade of this Century the expansion of sugar cane reached the extreme northwest of São Paulo, territory formerly occupied from the outskirts from the 1950s by ranchers who settled there after having worked as servants on the coffee plantations of the center of the state. This article presents the strategies of everyday resistance undertaken by this group to the occupation of territories where they were living. Lit mainly by reflections on the subject made by James Scott, such strategies meet mainly their foundation in the principles of a peasant moral economy, and are manifested in both direct reproduction strategies of life (material and symbolic) as in small rebellions, boycotts and through the spreading of rumors.

Key words: Everyday Resistance; Sugarcane Expansion; Ranchers.

Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos.

E-mail: mmelobeatriz@gmail.com.

Professora livre-docente visitante no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos.

E-mail: maria_moraes@terra.com.br.

1 O CONTEXTO, OS SUJEITOS, O CONFLITO

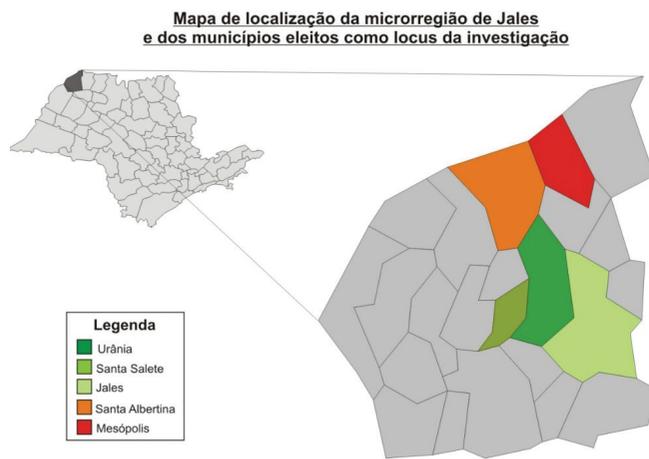
O contexto analisado por nós nessa investigação é de um processo de mudança social bastante recente, que transcorre na região do extremo noroeste paulista desde a metade da década passada, quando se iniciou a negociação, entre sitiantes e agentes a serviço da Usina Colombo, para o encerramento dos primeiros contratos de arrendamento para o fornecimento da cana-de-açúcar que abasteceria a primeira moagem da planta industrial inaugurada no município de Santa Albertina no ano de 2007. Até então, aquele espaço era um dos rincões da produção de alimentos para o mercado interno, realizada por pequenas unidades produtivas, uma produção marcada pela diversificação e pelo uso da mão-de-obra familiar. Poderia ser definido, desse modo, como um ‘território’ da agricultura familiar, no sentido atribuído mais comumente por geógrafos e antropólogos, de “espaço apropriado”, no sentido cultural, econômico e político (Haesbaert, 2006, p. 113-14). A chegada da usina sucroalcooleira instaura um conflito pela apropriação do espaço, conflito esse apenas parcialmente assumido, escamoteado pela liberalização do mercado e pela falta de regulação e planejamento territorial.

Esse contexto de recente mudança social, como alguns autores já enfatizaram (Elias, 1994; Martins, 1996), é o tempo/espaço privilegiado para a observação e desvelamento das relações de identificação que constituem os sujeitos. O contato entre o velho e o novo, o antigo e o moderno, os ‘do lugar’ e o estrangeiro, entre, enfim, diferentes modos de vida, que em um primeiro momento produz estranhamentos, dá relevo às diferenças, e nos permite identificar, com maior clareza, traços característicos a uns e ou-

tros. E foi em um contexto como esse que nos dirigimos para o extremo noroeste paulista (mais especificamente à microrregião de Jales), com intuito de apreender, sobretudo, o impacto da expansão recente do agronegócio sucroalcooleiro sobre a reprodução das famílias sitiantes.

Uma análise prévia dos dados secundários e uma primeira visita ao campo evidenciaram informações importantes sobre a região: que a produção agropecuária era expressiva, sendo uma das mais importantes regiões do Estado produtora de algumas frutas “de mesa”, destinadas ao mercado interno, como a uva e a laranja, e de importante bacia leiteira. E, ainda, que os impactos da expansão da cana apresentavam uma extensão e qualidade diversas, delineando duas “áreas” de impacto: de um lado, nos municípios onde a produção de cana se expandia (localizados ao redor de onde se encontra a única usina sucroalcooleira instalada no território da microrregião) predominava a pecuária, sobretudo leiteira, mas também de corte, associada ora à lavoura temporária (hortifruti), ora à lavoura permanente (fruticultura); de outro, naqueles onde a presença da cana era acanhada, predominava a produção de frutas associadas à pecuária leiteira. A partir dessas primeiras observações, definimos como parte do método de análise a realização de uma comparação entre estas duas áreas, na busca de evidenciar distinções qualitativas. Os municípios selecionados a partir de então estão demarcados na figura abaixo para representar os municípios da região de expansão da cana, realizamos observações em tons de vermelho, Santa Albertina e Mesópolis; para representar os municípios onde ainda predominava a pequena agricultura, diversificada e familiar, elegemos

os municípios em tom verde, Urânia, Santa Salete e Jales.



Fonte: Base Cartográfica do IBGE

Os sujeitos centrais de nossa investigação, os sitiantes, são descendentes dos imigrantes (sobretudo italianos e japoneses, mas também de alguns espanhóis e migrantes nacionais) que, entre o final do século XIX e início do século XX chegaram ao país para substituir a mão-de-obra escrava depois da abolição. Expropriados ou empobrecidos em seus países de origem, foram atraídos ao Brasil (entre outros países da América Latina) pelas agências de colonização, visando, sobretudo, realizar o projeto de adquirir a posse legal de um pedaço de terra e, desse modo, libertar-se da sujeição aos grandes fazendeiros, ao Estado, ou outros atores sociais. Entretanto, como uma extensa literatura já nos informou, o momento em que tais imigrantes chegam ao Brasil, não por uma coincidência, é também o momento posterior à instituição da Lei de Terras, que transforma a terra em mercadoria, instituindo o processo de compra e venda como a única forma de apossamen-

to legal. Tal mecanismo garantiu a disponibilidade de mão-de-obra para os trabalhos nas fazendas de café durante o auge deste ciclo, ou, de outro modo, forçou aqueles imigrantes, então empobrecidos, a venderem sua força de trabalho para as fazendas de café como condição para alcançar, posteriormente, o projeto de adquirir a posse da terra.

Com divisas reunidas com o esforço dos membros de toda uma família extensa e/ou de empréstimos privados, uma parcela (pequena) daqueles ex-colonos compraram diminutas propriedades de diversas empresas de colonização, cujas posses foram constituídas pelo mecanismo da grilagem, ou da compra de terras griladas, no espaço rural do extremo noroeste paulista a partir de 1940. Inicialmente, plantaram ali cultivos temporários comercializáveis (arroz, algodão, milho, amendoim) e outros cultivos que serviam, sobretudo, à subsistência (como o feijão, a abóbora, a mandioca, entre outros) a fim de quitar as parcelas do financiamento e prover o sustento da família. Com o decorrer do tempo, as culturas de subsistência foram perdendo espaço, gradativamente, às culturas comerciais, sem, no entanto, jamais ter desaparecido por completo. Os sitiantes dessa região produziram grande parte do café em sua última etapa de produção no Estado. A criação de gado também esteve presente em quase toda pequena propriedade da região, constituindo um traço da tradição pastoril paulista, e compondo parte das estratégias de diversificação produtiva. Gradativamente cresce a produção de frutas: primeiro a banana, a laranja, e, a partir da década de 80, a uva, o limão, a manga. E as características produtivas que encontramos atualmente na região estão assim mais ou menos demarcadas: a) na região às margens

dos rios, pela presença mais destacada da pecuária leiteira e de corte, associada à produção de frutas de cultivo temporário, com presença mais recente da produção, também temporária, da cana-de-açúcar para a indústria; b) no limite a leste, alcançando o centro da região, predomina a produção de frutas de cultivo permanente e horticultura.

Por essa retrospectiva histórica, bastante sumarizada¹, chegamos ao entendimento do processo através do qual se constituiu a 2ª microrregião de maior desconcentração fundiária no interior do Estado de São Paulo. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, essa é a segunda microrregião com maior extensão territorial ocupada com propriedades entre 0 e 20 ha (45.875 ha), tendo à sua frente apenas a microrregião de Presidente Prudente, e atrás de si a microrregião de São José do Rio Preto. E, embora apresente apenas a 24ª maior extensão territorial total do Estado (com 392.890 hectares), é a 7ª microrregião com maior extensão relativa da área territorial rural (86% da área total), o que sugere a importância das relações que se desdobram neste espaço.

A expansão recente da cana-de-açúcar se explica pela aliança entre capitais (agroindústria e indústria automobilística), entre capital e Estado (no âmbito nacional, exemplificada pelo incentivo público à compra de veículos automotores através da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados, o IPI), e entre Estados nacionais (incentivo às exportações).

E dá-se, ademais, num contexto que impôs às usinas a necessidade de responder às exigências socioambientais que são decorrência das reclamações de justiça dos movimentos ambientalista e trabalhista incorporadas pelo Estado. Desse modo, a União da Indústria Canavieira (ÚNICA) firmou em 2007 com o governo do Estado de São Paulo, o Protocolo Agroambiental do Setor Sucroalcooleiro que, entre outras medidas, previu a antecipação do fim da queima da palha da cana e supôs, portanto, a mecanização do corte. A licença ambiental que autorizou o funcionamento da Usina Colombo, cuja instalação na microrregião de Jales foi concluída naquele mesmo ano de 2007, impôs a condição de estabelecer-se o processo de colheita de modo inteiramente mecanizado. Sendo esta uma zona de baixa declividade é, então, atrativa nesse novo contexto. Territorializar-se nesta região é, então, um modo de enquadrar-se ao Protocolo assinado pela UNICA, e, a um só tempo, favorecer-se da aparência de estar eliminando as ‘degradantes condições de trabalho’ que pesavam sobre os cortadores manuais e os danos ambientais e à saúde da população, antes causados pelas queimadas.

O extremo noroeste paulista é a zona de mais recente expansão do plantio da cana no Estado de São Paulo. Depois dos municípios de Votuporanga e Franca, que tiveram uma ampliação de 156 e 142% da área plantada de cana entre os anos de 1990 e 2000, surge a MRG de Jales, com uma ampliação de 38%. Os con-

1 Na tese que dá origem a este artigo, dedicamos um capítulo a reconstruir a história de ocupação da região, passando pelo extermínio da população indígena, a chegada do mineiro, das empresas de colonização, dos imigrantes estrangeiros e seus descendentes, a constituição da pequena propriedade e os primeiros ciclos de produção agropecuária na região. Referências importantes para tal reconstrução foram as obras de Pierre Mongeig (*Pioneiros e fazendeiros em São Paulo*, 1971), de Sergio Milliet (*Roteiro do café e outros ensaios*, 1941), e, mais recentemente, os trabalhos de Luis Murumatsu (*As revoltas do campim: movimentos sócio-agrírios no Oeste paulista 1959-1970*, 1984) e de Sedeval Nardoque (*Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales-SP*, 2002).

tratos de arrendamento, na região, são firmados à base de um ATR/kg fixo por tonelada a cada alqueire, cujo preço equivalente é regulado pela CONSECANA. No ano de 2011, quando se firmavam os contratos para a segunda safra de produção da cana na região, os sítiantes recebiam 45 toneladas por alqueire².

Esta contextualização delinea, por meio de breves apontamentos, o conflito que se desenhcou no extremo noroeste paulista mais recentemente com a chegada da Usina sucroalcooleira. Camponeses cuja trajetória foi marcada pela expropriação, (re)constróem seu “território de vida” naquele rincão do Estado de São Paulo, passados, ao menos, duas gerações de ascendentes sem-terra, dependentes de grandes proprietários de terra. A autonomia conquistada com a posse de parte dos meios de produção (a terra) é, todavia, relativa: se, por um lado, o sítiante se liberta de algumas teias de subordinação, envolve-se em outras, aquelas tecidas pelas indústrias de sementes e insumos, agroindústrias, distribuidoras de alimentos. Mas, se essa situação de sujeição lhe soa penosa, o risco (ou a possibilidade) de desvinculação do território, que se aproxima com a atuação da usina sucroalcooleira na região, mobiliza os sujeitos em ações de “resistência cotidiana” de diferentes naturezas: nas estratégias de reprodução material, nos boatos postos em circulação contra a atuação da Usina, chegando a materializar-se numa articulação política que se esforçou por estabelecer limites à produção de cana-de-açúcar na região. A partir da observação realizada *in locu*, depreendemos que as estratégias de reprodução do campesinato, quando

contrapostas ao risco da desarticulação de todo um modo de vida, podem ser tomadas, em seu conjunto, como estratégias de resistência. As noções de “resistência cotidiana” e “economia moral camponesa”, tratadas por James Scott, foram instrumentos teóricos fundamentais para a construção de nossas análises.

2. O QUE CHAMAMOS DE ‘RESISTÊNCIA’?

A investigação sobre processos de resistência supõe a investigação sobre contextos de *mudança social*, temática cuja reflexão é atribuição por excelência do campo da Sociologia. Nas diversas subáreas dessa disciplina, teóricos investem na compreensão de diferentes reações aos processos de mudança, sua direção e suas consequências. A resistência é apenas uma delas. Outras são a ruptura (ou descontinuidades), a continuidade e até mesmo a “invenção de tradições”, fenômeno que combina continuidade e descontinuidade, conforme demonstrado por Eric Hobsbawm e Terence Ranger, 2012. Tomamos a resistência dos sítiantes à expansão da cana-de-açúcar, inicialmente, como um dado, um fenômeno colocado, demonstrado num primeiro momento, por meio da organização dos dados secundários do IBGE que apontaram: a) a já mencionada desconcentração fundiária; b) um percentual de 91% de propriedades cuja “condição do produtor” é a de “proprietário”; c) uma expansão recente e bastante localizada da produção de cana-de-açúcar, embora a microrregião de Jales estivesse, desde a década de 80, cercada por usinas su-

2 No corpo da tese pode-se acessar a discussão sobre as estratégias de extração de rendimentos que acompanha essa forma de remuneração.

croalcooleiras³; d) a representatividade das atividades do setor primário, o maior produtor de valor e empregador da região, alcançando, em mais da metade dos municípios, o volume de 40% a 50%⁴; e) um volume relativo de população rural bastante significativo (13%), se comparado ao índice do Estado de São Paulo (4%) e do Brasil (16%).

O universo de relações que nos foi sugerido pela análise de tais dados apontou para a *persistência* da agricultura familiar na região. A observação direta de tais relações, o desvelamento de seus significados, apontou para essa *persistência* como uma forma de *resistência*, num sentido muito próximo daquele tratado por Scott (2002) em seus estudos sobre a resistência cotidiana, ou no sentido das *estratégias defensivas* de Wolf (1976), enquanto ações que se desdobram cotidianamente no sentido de construir arranjos menos desfavoráveis à reprodução da vida, e que se manifestam em seus diferentes domínios (como a cultura, a economia, a política, as relações sociais), de diferentes formas, mais ou menos organizadas, de maneira completamente endógena (com a participação de um único grupo ou classe), ou com a participação de membros externos (como membros de instituições públicas ou privadas, religiosas ou seculares).

A compreensão das razões pelas quais se preservou no extremo noroeste paulista, uma pequena agricultura familiar e diversificada em meio a um contexto de predomínio e expansão da monocultura da cana-de-açúcar destina-

da à indústria de açúcar e álcool, levou-nos a um universo de significado e normatividade que encontra explicação, num primeiro momento, tomando-se como referência o passado, ou, em outras palavras, observando-se os traços de continuidade que aproximam os sitiantes de Jales ao grupo daqueles sujeitos históricos definidos em suas características mais gerais como camponeses. Um conjunto de normas, de noções de justiça, de bom e até mesmo de belo, quase sempre opostos àqueles representados pelo agronegócio, foram expressos pelos sitiantes em diferentes momentos: nas práticas produtivas, nos discursos críticos proferidos, nas pequenas rebeliões e ações políticas, na manifestação de seus sentimentos quanto ao sentido das mudanças sociais vivenciadas. Compreendemos, então, que o conflito que se inaugurou na região com a chegada da Usina é, também, um conflito moral, entre diferentes modos de vida que tem em sua base um quadro de referência normativo distinto e, tantas vezes, oposto.

Os fenômenos e relações que observávamos em campo sugeriam, desse modo, uma aproximação com as noções de “economia moral” de E. P. Thompson (1998), e, mais precisamente, com a noção de “economia moral camponesa” de James Scott (1976). Enquanto o primeiro autor utilizou o termo para explicar, sobretudo os costumes relativos à venda dos alimentos e as rebeliões que se opuseram à liberalização do mercado, James Scott, ao tratar especificamente da população camponesa, para a qual a questão da subsistência depende

3 Na mesorregião de Araçatuba (localizada ao Sul da MRG de Jales) encontramos cerca de 20 usinas instaladas, e, na mesorregião de São José do Rio Preto (onde está localizada também a MRG de Jales), encontramos pelo menos mais duas dezenas de Usinas. Grande parte delas instalou-se na região nas décadas de 1980 e 1990 impulsionadas pelos programas PROÁLCOOL e PROOESTE.

4 Conforme estudo realizado por Nardoque (2007). Podemos supor que apenas em dois destes a usina sucroalcooleira seja o maior empregador: Mesópolis e Populina.

do acesso à terra, ampliou o universo dos costumes que podem ser definidos como “economia moral”, alcançando, então, as regras relativas ao uso da terra e o direito de acesso a seus produtos (Thompson, 1998, p. 259).

Do estudo realizado por James Scott (1976) sobre os camponeses da Malasya tomamos uma primeira reflexão sobre o conteúdo específico da “economia moral camponesa”. Para o autor, esta é composta de valores morais que anunciam noções particulares de justiça, de leis e obrigações e de reciprocidade. A ética da subsistência que é derivada dessas noções anuncia a precedência da garantia da reprodução material do grupo à maximização dos lucros, princípio que guia, por outro lado, as estratégias do capital. Desse modo, o camponês é, antes, guiado pelo princípio da confiabilidade, pela construção de estratégias que visem diminuir os riscos à subsistência do grupo. James Scott observou que tal ética é produto de um aprendizado prático e moral realizado no transcorrer da história desse sujeito histórico, de geração a geração. Nas sociedades pré-capitalistas foi mobilizada, sobretudo, pelo medo da escassez do alimento, da fome; nas sociedades mercantis e capitalistas, pelo temor da dependência, que crescia com as taxações, o inquilinato, a dinâmica dos preços dos alimentos e dos custos de produção. E se materializa em diversas técnicas de produção, como a diversificação agrícola, a rotação de culturas, técnicas particulares de plantio, desenhadas pelas tradições locais durante séculos de tentativa e erro, a fim de produzir a mais estável e confiável maneira de lidar com os fatores de produção diante das circunstâncias. Os valores comprovados dessas técnicas é o que concede aos camponeses o que James Scott denomina de “tenacidade brechtiniana” (Scott, 1976,

p. 2-13). Ademais de dirigir as técnicas de produção, a economia moral anuncia também regras de reciprocidade e estratégias particulares de transmissão da posse da terra.

Sugerimos os princípios que guiam a *economia moral camponesa*, por serem capturados nos momentos e relações anunciados acima, além de serem percebidos através da expressão dos sentimentos, como o sofrimento e o sentimento de pertença (ou de identificação). No prefácio de *Moral Economy of Peasant*, James Scott anuncia ter assumido os sentimentos, ou a dor, como forma de expressão do conteúdo moral da ética da subsistência (1976, p. VII). No mesmo caminho, Luc Boltanski erige os sentimentos como prova existencial do desajuste entre um estado de coisas e suas representações simbólicas, vivenciados em períodos de drásticas mudanças sociais (Boltanski; Chiapello, 2009). Os sofrimentos podem ser tomados, assim, como uma *contradição hermenêutica* (ao nível dos sentidos).

Por outro lado, observando as práticas culturais, rituais e cotidianas, de grupos camponeses podemos compreender os significados, por um lado, transcendentais e religiosos que circundam o tema da produção e consumo de alimentos e, por outro, os processos de identificação constituídos ao redor do alimento, da terra, e daquele espaço de relações. Uma extensa literatura, brasileira e internacional, toma a alimentação como um dos caminhos para se compreender um modo de vida particular, de que é exemplo o trabalho de Antônio Candido, que afirma ser possível observar, através do estudo da alimentação, “um traço de continuidade nas relações entre um grupo e seu meio” (Candido, 1971, p. 28-29). Também na característica e no relevo particular atribuído aos

momentos de lazer e sociabilidade, incluindo aí as festividades, o sentido moral contido na *economia moral camponesa* se revela. Para Antônio Candido, uma das características da cultura caipira (ou do camponês rústico paulista) é a preservação de “certa margem de lazer”, constituída, entre outras explicações, como expressão de liberdade, de negação da submissão, negação que tem como pano de fundo a condição preterida vivenciada durante a escravidão (p. 84-85). Este é um princípio analítico que ilumina também a explicação da necessidade de negação da condição de colonos vivenciada pelos ascendentes dos sítiantes de Jales.

A resistência cotidiana do camponês é estruturada pela via de uma organização particular de práticas cotidianas, sustentadas por valores morais, sobretudo porque a via da resistência aberta lhe é interdita por diferentes caminhos: pela descontinuidade das mudanças que atingem diferentes grupos, em diferentes momentos; pela exploração indireta, já que o camponês não é efetivamente integrado no processo produtivo; por tratar-se de uma classe complexa e justaposta, o que obscurece a compreensão dos múltiplos interesses e formas de submissão; por fim, pela repressão real ou potencial que lhe atinge (Scott, 2002, p. 16-17). Este último elemento (a violência) é compreendido por Florestan Fernandes como uma das características estruturais do capitalismo agrário brasileiro. Tendo como principal fonte de acumulação a exploração de formas não-capitalistas de produção, ou, em outros termos, a acumulação primitiva permanente, o “uso indissimulável da violência” é o instrumento para impedir que “as infra-estruturas pré ou sub-capitalistas se esboroem, arruinando assim as ba-

ses materiais do tipo de acumulação que realizam” (Fernandes, 1972, p. 148).

Por tais razões é que a resistência camponesa, quando confrontada com diferentes formas de poder e dominação, se estrutura sobretudo por vias indiretas, sutis e disfarçadas. Uma destas formas é a *desistência*, ou a *sabotagem*. A recusa a integrar-se aos circuitos de produção estruturados a partir das grandes fazendas, ou das agroindústrias, expõe tais experiências ao risco do completo desmantelamento. Foi por essa razão que o governo colonial da Malásia procurou desencorajar a produção de borracha realizada pelos camponeses, que poderia competir com o setor de plantations em ascensão (Scott, 1976, p. 12-13). Estudando o caso dos indígenas de Otavalo, no Equador, Tanya Korovkyn (2002, p. 122) remete também à estratégia de *desistência* por eles empreendida: diante do avanço da formação de fazendas naquelas que antes eram terras de uso comum, ao invés de permitir que fossem transformados em trabalhadores permanentes daquelas (o sistema de *huasipungo*) os camponeses seguiram extraindo seu sustento de suas pequenas parcelas de terra, limitando sua interação com a fazenda a um serviço de apenas dois dias por semana (o sistema *yanapa*). Na esteira de tais reflexões, sugerimos que a recusa dos sítiantes de Jales em encerrar contratos de arrendamento com a Usina sucroalcooleira pode, se praticada em larga extensão, colocar em risco a expansão da cana de açúcar na região.

Outra forma indireta de resistência é o discurso oculto. Segundo Scott (2002, p. 12; 2004, p. 20-11), “cada grupo subordinado produce, a partir de su sufrimiento, um discurso oculto que representa una crítica del poder a espaldas del dominador”, ou, melhor dizendo, ele

é a insinuação de uma crítica ao poder ao mesmo tempo em que mantêm-se protegido pelo anonimato. Exemplos de discursos ocultos são os rumores, os boatos, os contos populares, as canções, os gestos, as piadas, o teatro popular, a dissimulação, a ignorância fingida, a sabotagem, o boicote, a fofoca, a difamação (Scott, 2002, 2004). Para Scott (2002, p. 28), se por um lado estas formas de resistência não podem, isolar, ganhar batalhas, e se lhes falta coordenação, por outro, ganham em flexibilidade e persistência.

Muitos autores relegam este tipo de *resistência cotidiana* a um papel secundário, subestimam seu potencial. Denominam tais resistências, tantas vezes, de *resistência passiva* por não alcançarem a efetiva transformação da natureza das relações e fenômenos que nega (Menezes, 2002, p. 43). É evidente que há ambiguidade nestas formas de resistência: se elas não alteram radicalmente as relações de dominação, contribuem em alguma extensão para sua reprodução. Sua intenção é, sobretudo, possibilitar a sobrevivência dentro do sistema, na expressão de Scott (2002), ou trabalhar no sentido das desvantagens mínimas, no sentido de Hobsbawn e Ranger (2012, p. 30). Por outro lado, a pressão dessas formas de resistência acaba dando forma às transições, impondo limites ao capital, tal como demonstrado pelo estudo de Korovkin (2002). Thompson (1998, p. 192) fala da força dos motins no final do século XVIII no sentido de forçar os fazendeiros a encontrar um meio-termo entre o preço econômico elevado do mercado e o preço moral tradicional determinado pela multidão. Atento a processos como esse, James Scott critica a diferenciação entre “resistência real” e formas epifenomênicas de resistência, ou resistências incidentais. Para ele, até mesmo aquelas ações in-

dividuais e não organizadas precisam ser tratadas como parte de um processo sem o qual não é possível, por exemplo, explicar o sentido das revoluções modernas. (Menezes e Malagodi, 2011, p. 19-20).

Os *camponeses*, por outro lado, são considerados, por perspectivas de um estruturalismo estreito, sujeito passivo e conservador quase “por natureza”, um obstáculo à mudança (Ploeg, 2008, P. 33-34) ou um “contribuir mais ou menos anônimo” (Scott, 2002, p. 11), associado à classe da burguesia rural, reduzido a características derivadas do “modo de produção capitalista” e suas insurreições julgadas tantas vezes como ações pré-políticas (Martins, 1981, p. 27-28). Thompson (1998, p. 186), de outro modo, percebeu em suas investigações que os camponeses eram tantas vezes menos passivos e menos inertes que os trabalhadores das fazendas por estarem menos enredados nas teias da sujeição direta. Ploeg (2008, p. 7) percebe o modo de vida camponês como uma crítica materializada. Sua existência, por si mesma, nega valores que são próprios da lógica capitalista. Estes e outros autores (como Menezes, 2002; Menezes; Malagodi, 2011; Wanderley, 2009) entre outros, caminhando na contramão do fatalismo que anuncia “a morte do campesinato”, fadado a proletarizar-se ou a converter-se em capitalista, buscam os traços de continuidade deste grupo que se mantém ademais da necessária integração ao mercado, e destacam o papel ativo destes sujeitos na construção de suas estratégias de reprodução. Os resultados da investigação que realizamos em Jales, que se poderá acompanhar a seguir, nos levaram a estabelecer um diálogo constante com tal perspectiva teórico-analítica.

E advertimos, por fim, que a resistência cotidiana camponesa se alimenta não apenas do passado, daquele acúmulo de conhecimentos de que é expressão a economia moral e a ética da subsistência, do conjunto de valores e normas construídas e transmitidas por seu grupo particular, mas também de valores modernos cujos princípios se encontram com aqueles anunciados por seus ascendentes. Foi a partir de algumas das críticas a Scott retomadas por Korovkin (2002) que nos detivemos a pensar sobre tal questão. O autor mostra que Kerkvliet (1990, p.103), ademais de utilizar-se do termo “resistência cotidiana”, compreende que os protagonistas destas não são inspirados tão somente pelo passado, mas incorporam elementos modernos em seus discursos, reclamando, por exemplo, dos direitos de cidadania e das responsabilidades do Estado Nacional. No caminho de tais reflexões, observamos que as críticas dos movimentos ambientalista e trabalhista incorporadas mais recentemente pelo Estado retroalimentam a defesa que fazem os sitianteiros de seu modo de vida, e a crítica presente em seus discursos à expansão recente da cana-de-açúcar na região.

3. AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO MATERIAL COMO FORMAS DE RESISTÊNCIA COTIDIANA

Parte da investigação realizada recaiu sobre os impactos da recente expansão da cana na microrregião de Jales, buscando compreender as estratégias de reprodução material, que remetem, neste contexto, sobretudo à produção agropecuária, à comercialização de seus produtos e à organização do trabalho. A compa-

ração entre as diferentes áreas de impacto evidenciou, sobretudo, que aqueles sitianteiros que vivem em áreas onde com mais frequência se aderiu aos contratos de arrendamento de parcela ou da totalidade do sítio para a produção de cana-de-açúcar encontravam-se mais empobrecidos, tanto porque estavam diretamente integrados aos circuitos de produção agroindustrial (os laticínios), que lhes extraía parte significativa dos rendimentos, como porque se tornaram excessivamente dependentes da pecuária leiteira. Tal dependência foi construída no encadeamento de uma série de circunstâncias: empobrecidos, com mais frequência os filhos migraram para a cidade e para trabalhos urbanos; o menor número de membros vivendo na área rural e o envelhecimento daqueles que aí permaneceram criaram empecilhos ao cultivo de agricultura intensiva e ao aumento da escala de produção; também as normas de higienização impostas pelos laticínios coíbiam a diversificação produtiva nas proximidades da área onde está confinado o gado leiteiro. E, sugerimos, não apenas esta série de elementos estruturais e conjunturais, mas também uma excessiva confiança na liquidez característica da pecuária leiteira, combinaram-se no sentido de fragilizar as estratégias de reprodução material dos sitianteiros do entorno da Usina Colombo. Nesse sentido, aqueles sitianteiros negligenciaram (ou foram levados a negligenciar) importantes lições da “ética da subsistência”, como a prática da diversificação produtiva como mecanismo de segurança diante das oscilações do mercado de preços agrícolas e da condição de integração marginal aos circuitos agroindustriais.

Mas foi, sobretudo, da observação das estratégias de reprodução material daqueles sitianteiros que, a despeito dos interesses manifestos

dos agentes da usina sucroalcooleira, seguem produzindo uma agricultura familiar diversificada, que podemos compreender como, através da organização da produção, do trabalho e da comercialização, se articulam estratégias de resistência cotidiana diante de um contexto que ameaça a reprodução desse modo de vida. Dentre tais estratégias, estão: a diversificação produtiva, dos rendimentos e também das estratégias de comercialização, uma menor submissão ao circuito de produção agroindustrial, a constituição de redes de proteção que envolvem sítiantes e comerciantes, a abstenção ao uso do financiamento, a transmissão de conhecimentos relativos às formas de produzir naquele espaço/tempo particular, entre outros elementos de caráter subjetivo, como o gosto, a vocação, o costume, a lembrança e o desejo de preservar certa margem de lazer.

Os sítiantes que resistem em estabelecer uma relação de dependência direta com a usina sucroalcooleira esforçam-se, assim, por construir ao seu redor um universo bastante amplo de possibilidades de reprodução material, guiadas, sobretudo, pelo princípio da ética da subsistência, que anuncia a centralidade da confiabilidade, ou dos menores riscos possíveis à reprodução da família. Os sítiantes desta região praticam, sobretudo, o sistema policultura-criação, caracterizado pelo uso intensivo de mão-de-obra. Das 15 famílias reconhecidas por nós naquela área mais da metade pratica mais de um *tipo de produção* agropecuária: 1 família realiza 4 atividades: fruticultura, horticultura, gado de corte e indústria doméstica; 3 famílias diversificam entre 3 atividades agropecuárias distintas, construindo cada qual diferentes arranjos entre a fruticultura, gado de leite, indústria doméstica, horticultura, atividade madeireira e extrati-

vista e gado de corte; 6 famílias desenvolvem pelo menos dois tipos de produção agropecuária, construindo diferentes arranjos. Apenas 5 famílias desenvolvem um único tipo de produção agropecuária. Entretanto, se levarmos em conta o número de *produtos* que estas últimas famílias cultivam, veremos que em apenas duas delas cultivam apenas um único produto (leite e borracha, respectivamente).

Entre as famílias que desenvolvem mais de um *tipo de produção* agropecuária, encontramos também uma intensa diversificação de *produtos*: uma das famílias chega a cultivar 11 produtos diferentes; 2 famílias cultivam 9 tipos de produtos agropecuários comerciais; 1 família cultiva 6 tipos de frutas. As demais, trabalham, cultivando entre 2 e 6 tipos de produtos agropecuários distintos.

Outra característica distintiva dos pequenos estabelecimentos da área é a presença generalizada da produção de autoconsumo, que ocupa papel importante na reprodução material e simbólica deste grupo. Quando questiono o filho de um sítiante que encontrei pela cidade sobre a existência de produção para o consumo da família na propriedade de seu pai, ele explica: “Se você chegar numa propriedade dessa e não tiver vaca de leite, galinha, porco, não é sítio”. Assim, todos apresentam uma significativa produção de subsistência, que associa tipos diversos de produção agropecuária. Os mais destacados são as árvores frutíferas e os galos e galinhas, presentes em quase todas as propriedades visitadas; depois surgem as hortas domésticas, que incluem os legumes, as verduras e as ervas aromáticas, encontrados em 10 das 15 propriedades; o gado de leite e gado de corte foram encontrados em 4 das 15 propriedades e os cereais e leguminosas (milho e feijão), em 3 pro-

priedades. Destacamos, ademais, que os produtos comerciais destes sítios são também consumidos pelas famílias. Sendo a produção comercial bastante diversificada, incrementa, certamente, a alimentação da família.

Quanto à diversificação dos rendimentos que possibilitam a reprodução dos sitiantes da região, embora apenas 4 das 15 famílias com as quais estabelecemos contato não recebam rendimento algum de natureza não-agrícola, as rendas agrícolas, para todas elas, são as mais elevadas, e possuem maior importância na reprodução do grupo, o que sugere que o quadro observado na MR de Jales se afasta da tendência anunciada por alguns autores de aumento da pluriatividade e das rendas não-agrícolas (Silva; Grossi; Campanhola, 2002, p. 39) no campo brasileiro. As rendas não-agrícolas, de todo modo, compõem as estratégias de diversificação dos rendimentos, que são: o recebimento de aposentadoria (12 dos 15 sítios), o emprego urbano (para 7); o aluguel de imóvel urbano (para 4); o arrendamento de parte da propriedade rural (para 2), o artesanato (para 2).

A estratégia da diversificação para diminuir a situação de dependência alcança também o momento da comercialização. Enquanto na área onde a produção da cana se expande os pequenos sitiantes estão sujeitos ao estabelecimento de relações comerciais com um grupo pequeno de empresas agroindustriais (alguns poucos laticínios, a usina sucroalcooleira, alguns abatedouros ou outros intermediários), na região onde predomina a agricultura familiar e diversificada os sitiantes possuem amplas possibilidades de relações comerciais, as que representam diferentes níveis de subordinação: produtores de alimentos que serão consumidos *in natura* (como as frutas e hortaliças, e cer-

ta quantidade de leite) vendem seus produtos a intermediários, (os *marreteiros*), vendedores ambulantes (que utilizam as carruagens ou charretes), a distribuidoras de alimentos (sem o intermédio dos marreteiros), diretamente ao consumidor, nas feiras livres da região, ou para o Estado, para a alimentação escolar ou de beneficiários de serviços públicos (através do Programa de Aquisição de Alimentos). Alguns (3 das 15 famílias) vendem, também, produtos derivados da indústria doméstica. Há, ainda, alguns produtores de leite, que estão, por isso, numa relação de subordinação mais intensa em relação às indústrias de alimentos, todavia apenas em 1 dos casos trata-se do único tipo de produção agropecuária mantida na propriedade. Vimos, assim, que se não é dado àqueles sitiantes o “poder de recusa” (WOLF 1976, p. 69), ao menos tais sitiantes podem escolher com qual destes agentes do mercado estabelecerá relações. O mecanismo da diversificação no momento da comercialização é mobilizado, sobretudo, em função das reservas de longa data que tal sujeito histórico possui com os agentes do mercado (Thompson, 1998, p. 156). Para resguardar-se cria, então, uma rede de relações de confiança entre os sitiantes e entre eles e alguns agentes do mercado.

Outras experiências de redução da situação de dependência foram desenhadas na região, por exemplo, nas tentativas de fugir à inevitabilidade da submissão aos pacotes tecnológicos por meio da agricultura orgânica ou natural, embora sejam casos isolados. Poderíamos incluir, ainda, algumas mudanças técnicas de correção e conservação do solo, implementadas em alguns sítios da região com a orientação dos técnicos do CATI, outro exemplo das estratégias de resistência cotidiana, na medida em

que buscou reduzir os impactos da agricultura intensiva baseada nos pacotes tecnológicos, possibilitando que os sítiantes se mantenham vivendo e produzindo naquelas terras por mais tempo. A importância destas e outras medidas, implementadas ou estimuladas pelo CATI (como a diversificação produtiva), apontam para o papel de agentes do Estado na construção das estratégias de resistência cotidiana.

O solo sobre o qual se desenvolvem tais estratégias é, sem dúvida, a construção de conhecimento, formais e informais, transmitidos através das gerações. No caso dos sítiantes de Jales, as diferentes gerações tiveram papéis diferentes nesse processo de construção/transmissão de conhecimentos: os membros da primeira geração foram os que enfrentaram os primeiros desafios daquele novo espaço de vida e produção, enfrentamento realizado a partir dos conhecimentos prévios sobre a agricultura adquiridos da experiência pessoal em seus países/regiões de origem e também de experiência transmitida; a segunda geração, quase toda nascida já naquele espaço, cristalizou os modos particulares de produzir, trabalhar e comercializar naquele tempo/espaço, e implementou importantes mudanças técnicas na produção agroindustrial; os membros das terceira e quarta gerações alcançaram o ensino médio e técnico, enquanto para alguns este foi um caminho para abandonar a pequena agricultura, para outros representou a profissionalização nesta atividade. Parte significativa daqueles que alcançaram os níveis técnico e superior optaram por cursos relacionados à grande subárea das Ciências da Terra, relacionadas ao desenvolvimento técnico e científico da agricultura, como a área da agronomia. As consequências deste processo são um tanto ambíguas: se por um lado, serviu para reforçar

o modelo produtivo baseado na Revolução Verde, por outro, possibilitou que estes jovens realizassem a mediação entre o agricultor tradicional e o especialista dos estudos agrônômicos desenvolvendo investigações que caminhavam na direção dos interesses de tais sítiantes, buscando soluções para limites técnicos relacionados a seu estágio específico de desenvolvimento e ao contexto climático e geofísico específicos do noroeste paulista. Tantos destes filhos de sítiantes que alcançaram nível superior e técnico empregaram-se nos escritórios do CATI e nas secretarias municipais de agricultura, aproximando, de outro modo, os sítiantes e o Estado.

Por fim, estas estratégias de reprodução material, que compõe a resistência cotidiana não são construídas, apenas, por meio de um aprendizado de longo prazo que tem em sua base um cálculo *objetivo* que busca, sobretudo, evitar as situações de risco (ou o princípio da confiabilidade, que está na base da ética da subsistência). Tantas vezes, as estratégias de produção são guiadas por critérios subjetivos, que remetem também, a uma relação de identificação particular construída com a atividade agropecuária. Assim, a “paixão”, o “costume”, “o gosto”, “o apego”, a “vocação”, a “lembrança” são erguidos em diversos dos discursos de sítiantes para explicar as razões pelas quais mantêm determinados cultivos, alguns dos quais nem mesmo são apontados entre os que proporcionam maior rentabilidade na região, dão prejuízo ou é como “trocar cebola”, expressão proferida por uma sítiante que, traduzida para o contexto da produção agrícola, significa que os rendimentos obtidos com a venda do produto são suficientes apenas para cobrir seus custos, sem proporcionar um lucro líquido. Sugerimos, portanto, que tais processos de identifi-

cação sejam levados em conta, ademais, na análise daquilo que mobiliza as estratégias de resistência cotidiana.

4. REBELIÕES, BOATOS E RESISTÊNCIA COTIDIANA

Tal qual anunciado por James Scott, entre camponeses as lutas abertas, de enfrentamento direto, são estratégias das menos acionadas, pelas razões já elencadas. O caso dos sitiantes de Jales não foi diferente. De todo modo a memória que guardam os sitiantes das rebeliões do passado reforçam sua relação de pertencimento e identificação com o sítio, este patrimônio da família adquirido, depois de uma longa jornada de trabalho penoso, submetidos a toda sorte de exploração. Por outro lado, enquanto forma de rebelião silenciosa, os boatos que circulam pela região condenando a atuação da Usina acentuam as diferenças, do ponto de vista normativo, entre o modo de vida sitiante e a organização social que deriva da usina sucroalcooleira, antevêm consequências calamitosas para a cidade, o campo, a terra, e, deste modo, reforçam um clima de indisposição dos sitiantes para permitir a entrada da Usina na região pela via do arrendamento. Tais boatos, desse modo, retroalimentam-se do conteúdo da economia moral deste grupo particular de camponeses e compõe parte das estratégias de resistência cotidiana, direta ou indiretamente. Retomemos, então, sumariamente, tais formas de resistência encontradas na microrregião de Jales.

As primeiras formas de rebelião registradas foram às conhecidas como as Revoltas do Capim, ocorridas entre as décadas de 50 e 60, quando um grupo de posseiros, aqueles que ti-

nham sido expulsos da terra pelos grileiros, arrancaram todo o capim das terras onde trabalhavam para protestar contra a espoliação e o iminente despejo (Murumatsu, 1984). Entretanto, embora tenham vivido na região no mesmo período em que chegaram aqueles que se tornaram pequenos proprietários, trata-se de um grupo distinto, e não encontrei memória alguma daquele luta preservada entre os sitiantes de hoje.

Enquanto os posseiros lutavam de um lado, sitiantes recém-chegados também iniciavam rebeliões contra os abusos de grileiros. Nas denominadas Glebas 41a e 41b da Fazenda Ponte Pensa (onde estava antes contida toda a MR de Jales), área correspondente aos bairros Córrego do Manuel Baiano e Córrego do Coqueiro, armou-se, no começo da década de 50, um conflito pela posse da terra entre grileiros e pequenos proprietários em função de uma disputa entre aqueles. A posse dos quinhões de terra adquiridos (em juízo) por Euphly Jales em 1934 como pagamento por serviços prestados e não recebidos no ano de 1929 foi questionada por um suposto antigo proprietário delas, Alcides do Amaral Mendonça. A causa é dada a este último, que conseguiu reaver as posses para o seu domínio, e isso depois de Euphly já as haver vendido para os sitiantes e, portanto, ter recebido pagamento por elas. Com a reversão do processo, os sitiantes foram cobrados em juízo, e coagidos, a pagar novamente pela propriedade da terra para assegurar a posse (Nardoque, 2002). Parte dos sitiantes, temerosos em função do conteúdo das ameaças dos capangas que circulavam em seus jipes pelas estradas de terra representando o poder do proprietário legal delas, venderam partes do sítio e algumas vezes

um rebanho todo de gado para pagar novamente pela posse da terra. Outro grupo, reconhecido pelo nome de Grupo dos 13 (esse era o número de sitiantes, ou famílias de sitiantes, que o compunha) resistiu à pressão dos proprietários legais, organizando pequenas barricadas na frente das casas, em resposta à pressão de seus jagunços. A fala de Maria Machado, a seguir, dá vida e detalhes àquele momento:

Quando eu tinha dois, três anos eu via meu pai reunir agricultores pra não pagar as terras, meu pai liderou os agricultores pra não pagar a terra de novo. (...). Eu nasci nesse conflito de terra, e pagava ou não pagava as terras de novo, e meu pai liderou. Era uma quantidade de terra! Eram 612 proprietários, meu pai foi liderando e a pressão era grande. Cada vez que pressionavam, um grupo fazia acordo e pagava. E meu pai e minha avó firme e forte: “Nós não vamos pagar!” (...). *Essa questão é muito bonita, uma luta pela permanência na terra. Por isso minha família tem essa vocação de não perder a terra, porque não foi só chegar da Bahia e comprar terra, foi a luta e resistência pra não perder a terra*⁵. Cada vez que vinha uma ordem que tinha que fazer acordo com os Mendonça, que os Mendonça queriam receber a terra de volta, meu avô resistia, botava todos nós em frente de casa, passava o jipe e estava aquela meninada toda na casa do meu avô. Na casa do meu avô o jipe não parava, porque sabiam que lá tinha muita gente, eles eram só três ou quatro no jipe. (Entrevistas realizadas em 20/07/2010 e 23/09/2010).

Mais tarde, um grupo de 11 sitiantes, daqueles que haviam pagado uma segunda vez

pela posse da terra, abriu um processo contra a cobrança efetuada pelos Mendonça, a fim de desvinculá-los das consequências da peleja legal entre os grileiros e, assim, reaver os valores despendidos naquele segundo pagamento. A causa teve veredicto desfavorável aos sitiantes em primeira instância, em Jales, mas favorável em segunda e terceira instância, em São Paulo e Brasília. Em meu último contato com o representante desse grupo, Eduardo Akamatsu, em 2012, soube que as famílias aguardavam a que se iniciasse a negociação com Minerva Jales, esposa do falecido Euphly Jales.

Além da extorsão praticada pelos grileiros, os sitiantes ficaram expostos à extorsão praticada por outros agentes do capital, como os intermediários, agroindústrias, indústrias de insumos agrícolas, entre outros. E, por diversas vezes e de diferentes formas, demonstraram uma consciência bastante clara da sua condição de sujeição, poucas vezes lograram organizar-se em rebeliões contra ela. Uma delas foi a greve do leite que aconteceu na década de 90, quando os sitiantes protestaram contra a baixa remuneração do litro de leite oferecido na época pelos laticínios, bloqueando a passagem dos caminhões de transporte do produto por mais de uma vez. Outra rebelião aconteceu mais recentemente, protestavam contra as consequências da expansão da monocultura da cana na região. Sitiantes revoltosos procuraram, sobretudo, as câmaras de vereadores dos municípios da região para protestar contra o descuido da usina sucroalcooleira, quanto ao destino da vinhaça, um resíduo da cana que, acumulado, fez proliferar a presença da mosca do estábulo. A narrativa de Sérgio Nishimoto, a seguir, explica a peleja:

5 Grifo da autora.

Nós tivemos um problema sério ano passado com mosca de estábulo. O pessoal quis matar os usineiros! Nós tivemos uma reunião em Mesópolis e eu nunca vi aquela Câmara tão lotada. E a revolta foi grande, o pessoal estava muito tenso. (...). Aconteceu em Mesópolis, Ouroeste, Fernandópolis... Em todo lugar que tem cana por aqui. Ano passado choveu muito e daí proliferou muito a mosca do estábulo. (...) Como chovia muito, eles [os funcionários da usina] não faziam o trabalho que tinha que ser feito, que era chegar lá, pegar na usina essa vinhaça, ia na propriedade e irrigava. Como chegava na propriedade, vamos dizer assim, atolava [o trator, por causa da chuva], eles soltavam nos sulcos, e concentrava demais. Na nossa região a colheita é totalmente mecanizada, então sobra muita matéria orgânica. A matéria orgânica com essa vinhaça faz aquele curtidão. Então aí a mosca deposita os ovos, onde vira larva e prolifera muito, muito, muito! (...) Tinha pessoas assim... só vendo. A fisionomia de alguns senhores de idade falando que eles tinham invadido o município, querendo expulsar, um tom de conversa assim... Até chorando lá (...), querendo abandonar... Porque elas começavam a atacar as pessoas, essas moscas. É uma picada, tipo rasga, mas é doido demais! Você precisava ver os cachorros. As vacas, elas não comiam, se aglomeravam, de preferência, dentro da lama, porque o ataque era nas pernas, e tinha vaca que estava meio fraca e estava morrendo. (Entrevista com Sérgio Nishimoto, 22/06/2010, Mesópolis/SP).

Outra forma de rebelião contra a atuação da Usina instrumentalizou-se a partir do Estado e das instituições públicas locais. Representantes de diferentes setores rurais (entre engenheiros agrônomos da CATI, representantes de cooperativas e sindicatos rurais, dentre al-

guns sitiantes) reunidos no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, depois de uma discussão sobre as consequências da chegada da Usina Colombo na região (suscitada pelo requerimento do “certificado de conformidade do uso do solo” feito pela usina Colombo), sugeriram aos representantes políticos locais que criassem uma lei municipal que limitasse a expansão da monocultura da cana na região. O projeto de lei foi, então, elaborado pela vereadora Aracy de Oliveira Murari Cardozo (naquele momento Presidente da Câmara), aprovado pela Câmara dos Vereadores em 24/03/2008 e a lei é, então, regulamentada em 26 de março de 2008, sob o número 3.396. Ela sugere que o plantio de cana-de-açúcar destinado à indústria sucroalcooleira fique limitado a 10% da área agricultável do município, e que toda nova área de plantio esteja sujeita à autorização da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente do município. A regulamentação da lei, posteriormente, deu causa ao processo de improbidade administrativa contra o prefeito de Jales, aberto pela mesma presidente da câmara dos vereadores, acusado de não criar instrumentos de fiscalização do cumprimento desta lei e também de outras leis municipais, referidas a outras questões de ordem pública. Mais recentemente, já em princípios de 2011, outra tensão é gerada, quando o Grupo Noble (proprietário da Usina Colombo) ingressa, no Tribunal de Justiça de Jales, com um “mandato de segurança” contra o secretário da agricultura, Afonso Voltan, que havia indeferido um pedido administrativo de autorização para o plantio de cana-de-açúcar em áreas do município de Jales, solicitado pelo Grupo, com base no disposto no corpo daquela lei. O juiz local, Eduardo Hen-

rique de Moraes Nogueira, indefere o pedido, mas os representantes públicos locais já supunham que o Grupo Noble daria continuidade ao processo, na busca por provar a inconstitucionalidade da lei municipal que limita a expansão da cana, já que são reconhecidos precedentes para este tipo de julgamento⁶.

Se o Direito e o Poder Judiciário, enquanto espaço de luta de classes, têm desfavorecido as causas dos sitiante, estes se utilizam da estratégia do *discurso oculto* para deslegitimar a presença da Usina. Circulam pela região, nas rodas de conversa que acontecem pelos bares, nas reuniões familiares, nos encontros de associações e cooperativas, nos locais de trabalho, nas filas de bancos, nos salões paroquiais, diversos boatos a respeito das consequências da expansão da cana em seus diferentes aspectos. Os sitiante prenunciam a irreversibilidade da destruição realizada nas pequenas propriedades pelos tratores para a implementação do cultivo da cana. Pensam eles: “E se for necessário retornar à atividade agropecuária? Como reconstruir todas as estruturas?” Arrendar, desse modo, é ação que contraria os princípios da ética da subsistência. Por outro lado, observam a relação utilitarista que a usina estabelece com a terra, com a água, com as estruturas urbanas e também seus trabalhadores, o que resulta nu-

ma relação de pouca ou nenhuma responsabilidade para com as consequências de sua atuação sobre estes sujeitos e estruturas. Esta última observação é herança, não resta dúvida, da característica local e regional da economia moral camponesa, conforme anunciados por Thompson e Scott. Os temores se convertem na boca de sitiante e cidadãos, em afirmações categóricas sobre os modos de agir da Usina, que têm a função de advertir a população local e mantê-la de sobreaviso. Sugerimos, então, que tais boatos alimentam, direta ou indiretamente, as estratégias de resistência cotidiana.

5. REPRODUÇÃO SIMBÓLICA E RESISTÊNCIA COTIDIANA

Ao final do trabalho de reflexão propomos que uma espécie de “sentimento de ruralidade”, termo inspirado no “sentimento de localidade” de Antonio Candido (1971, p. 62) da década de 50, tem papel importante na permanência dos sitiante para continuarem vivendo e produzindo no campo. E que este sentimento é responsável pela configuração, na região, de uma “trama social e espacial” predominantemente rural (Wanderley, 2009). Ademais, do fenômeno da migração campo-cidade e do fortalecimento do fenômeno urbano, tal

6 O primeiro caso conhecido a respeito é o da imputação de “inconstitucionalidade” à lei 5200/2006, que restringia o plantio de cana-de-açúcar no município de Rio Verde-GO a 10% da área agricultável de cada propriedade agricultável. A sentença do juiz, segundo SCHUTZ (2001), inicia seu argumento afirmando reconhecer o interesse do município em assegurar “manutenção dos elevados índices de desenvolvimento que a economia graneleira já instalada na comuna tem proporcionado”. E segue: “Entretanto, por se tratar de assunto de repercussão geopolítica e estratégica mais ampla, mormente com a anunciada falência da matriz energética global baseada nos combustíveis fósseis, e a assunção pelo Brasil de liderança no mercado internacional de biocombustíveis, com destaque para o etanol, conclui-se pela predominância do interesse nacional.” Ademais desse julgamento explicitamente ideológico, o juiz afirma que “a limitação ao direito de propriedade inserida na lei municipal é de competência privativa da União Federal, ex vi do que dispõe o artigo 22, inciso I, da Carta da República.” Há casos conhecidos de outros municípios que criaram leis que limitam a expansão da cana, como o município de Santa Fé do Sul (em 2009), nesta mesma microrregião de Jales, e o município de Jataí, vizinho do município de Rio Verde-GO (em 2010), onde primeiro se legislou a respeito. Suspeitamos que esses não sejam os únicos casos conhecidos.

sentimento pôde resistir em função do fortalecimento de instituições que serviram à reprodução de relações endógenas, como as associações de bairro, a associação nipo-jalesense, os matrimônios entre filhos de sitiantes e o fortalecimento dos blocos familiares. Positivamente, pôde ser captado através do sentimento de identificação construído entre os sitiantes, entre eles e seus familiares cidadão, e com aquele espaço de relações (o sítio). Negativamente, por meio das manifestações de sofrimento, consequência das mudanças sociais que alcançam a região com a chegada da monocultura da cana-de-açúcar. Este universo de relações e de expressões é tal qual o universo da reprodução material de que tratamos acima, carregado de símbolos e normas que povoam de sentido a reprodução da vida e alimentam as estratégias de resistência cotidiana. Retomaremos brevemente alguns destes elementos.

A despeito das diferenças percebidas no interior deste grupo, composto por famílias de características étnicas e culturais diferentes, em virtude da descendência (japoneses, italianos, espanhóis e, migrantes nacionais, como os mineiros e nordestinos), pudemos verificar o delineamento de uma “identidade regional”, de homens e mulheres que se percebem como caipiras ou jecas paulistas, e mesmo de uma “identidade nacional”, reclamada pelos descendentes de grupos étnicos que, todavia, nasceram e se reproduziram nessas terras. Essa porção da identidade compartilhada, que é expressão de uma história comum, construída pelas diferentes gerações de cada uma das famílias, em muitos momentos os aproxima, os faz sentir como parte de uma mesma comunidade de origem e permite o estabelecimento de relações afetivas e de reciprocidade bastante intensas. Essa iden-

tidade é ritualizada e reproduzida em práticas cotidianas e nas diversas situações de encontro entre os sitiantes, momentos de simples lazer ou de festividades através das quais se celebra os signos que representam essa identidade.

Os sitiantes desfrutam, cotidianamente, da “margem de lazer” que resguardam por serem os proprietários dos meios de produção e responsáveis pelos resultados de seu trabalho. Sentindo-se às vezes solitários, durante as horas tranquilas à beira dos rios à espera do peixe que tantas vezes alimenta a família, e outras vezes em grupo, momento de sociabilidade e de reforçar laços com os que os acompanham e com o ambiente. É comum encontrarmos, entre os sitiantes, o hábito de prostrar-se à beira dos rios para a prática da pescaria. Também se reúnem em encontros de grupos de famílias (aparentados ou não), que mantém relações estreitas de amizade e cooperação, momento chamado por muitos na região de “churrasco da sacolinha”. Ele acontece muitas vezes no meio da semana, após a jornada de trabalho na lavoura. Cada uma das famílias traz uma parte do alimento e das bebidas que serão consumidas e passam horas a conversar. Rosemari nos diz: “Churrasco é difícil há semana que você não tem. Às vezes tem duas vezes por semana. Um chama os colegas, os vizinhos, os parentes... Nós fazemos a *sacolinha*, cada família vem traz a sua carne, sua bebida e passa as horas.”

E apesar da intensidade dos encontros nos sítios ter diminuído com o passar do tempo, consequência da migração de parte da comunidade para as cidades, do aumento de ofertas de lazer aos jovens na cidade, e do acréscimo de tempo de trabalho despendido aos cultivos comerciais, que passam a ocupar cada vez maior importância na reprodução das famílias,

o sítio continua representando lugar de referência importante para os encontros do grupo familiar, na medida em que simboliza o reservatório de sua história. Diversos sitiantes falaram de parentes que buscam a propriedade da família como refúgio em feriados e férias prolongadas, quando se reencontram com o espaço de referência que conforma parte de sua identidade, e reforçam os laços sociais com os familiares que, por se manterem na propriedade da família, resguardam sua memória e seu patrimônio.

Esses momentos de lazer acontecem ao redor da comida e da preparação dos alimentos. Desse modo, também através da compreensão dos sentidos atribuídos a eles, dos rituais de preparação dos alimentos, da memória que carregam e dos processos de identificação que suscitam conhecer o processo de reprodução da cultura de um determinado grupo⁷. Os alimentos consumidos têm uma identidade, a identidade dos sujeitos e de sua relação com o espaço: há as comidas italianas (com a panceta, o chouriço, a menestra, a tortei, a taiadela, o pão, o vinho), as espanholas (o azeite, o mantecal), as japonesas (o mandió, o sushi, o sashimi, o missô, o tofu, o arroz japonês, o shoyo). Algumas são consumidas diariamente, outras apenas em momentos rituais, e, em tanto em um quanto em outro caso, servem não apenas para reproduzir a vida material, mas também reproduzem a cultura e a identidade.

A natureza das festas que acontecem na região esclarece ao observador menos atento o “espírito do lugar”, na medida em que celebram e fortalecem as identidades, da comu-

nidade como um todo e de grupos específicos, oferecem oportunidade para a celebração de um estilo de vida, de valores compartilhados, e frequentemente se referem ao conteúdo da vida material que possibilita a reprodução da comunidade. Nas festas camponesas, “frequentemente celebra-se a interdependência e as regras que as governam” (Wolf, 1976, p. 132).

Na microrregião de Jales, praticamente, todas as festas se referem aos ciclos agrícolas, à religiosidade, ou mesclam elementos de uma e outra. Há a Festa do Arroz, que acontece anualmente desde a década de 1960, apesar de certa descontinuidade, no dia do aniversário da cidade, em 15 de abril; a Festa da Uva, que acontece anualmente entre os meses de agosto e setembro, período da colheita da uva que, na região, é plantada entre os meses de junho e julho; também a Festa do Caminhoneiro, que acontece na data comemorativa do profissional motorista, no mês de julho, desde a década de 1980, e remete, indiretamente, à produção agrícola ao celebrar as atividades daqueles que são os responsáveis por fazer circular a produção dos sitiantes da região. As festas religiosas, ao mesmo tempo em que evidenciam a importância do catolicismo entre os sitiantes paulistas, são momentos de celebração que sempre remetem, indireta ou diretamente, ao calendário agrícola e à agricultura. Anualmente acontecem: a Romaria no mês de agosto, data do aniversário da Diocese de Jales; as festas juninas e julhinas, quando se comemora os “dias de santo”, se pagam promessas e se realizam as quermesses; a Folia de Reis, que tradicionalmente

⁷ Além do trabalho de Antonio Candido, outros autores contribuíram com nossas reflexões a respeito, como Célia Toledo Lucena (*Saberes e sabores do país de origem como forma de integração*. CADERNOS CERU 19.1, 2008) e Sidney Mintz (*Comida e Antropologia, uma breve revisão*, Revista Brasileira de Ciências Sociais, 16.47, 2001).

acontece entre 24 de dezembro e 6 de janeiro, relacionadas às comemorações do Natal e Ano Novo; e o Bon Odore, a comemoração do “dia dos mortos” dos japoneses que acontece na região também desde a década de 1960.

De outra perspectiva, também os sofrimentos evidenciam os processos de identificação⁸, o sentido das mudanças sociais experimentadas pelos sujeitos e alimentam a indignação que pode dar causa às ações de resistência cotidiana. Entre os sitiantes do extremo noroeste paulista, eles foram notados, sobretudo naqueles que, por diversas razões, se sentem forçados a arrendar a propriedade para o plantio da cana-de-açúcar, como o caso de Antonio. Quando o visitei, há quatro havia decidido pelo arrendamento de suas terras para o plantio de cana, decisão tomada em função do problema na coluna que o impedia de continuar trabalhando e da migração dos filhos para a cidade e para trabalhos urbanos. Todavia, frequentava a propriedade todos os dias. Na área de preservação permanente mantinha uma pequena criação de gado de corte e uma diminuta horta. Antônio não se adaptou à sociabilidade típica da cidade, dos encontros nos bares, dos passeios pela rua, dos jogos de dominó ou baralho nas praças. O caminhar até a propriedade todos os dias era o que dava sentido a seu cotidiano, mesmo depois de arrendada toda a área agricultável do sítio. E embora a cerca de duas décadas vivesse na vila, o sofrimento causado pela necessidade do arrendamento era evidente. Quando pedi que me levasse até a propriedade Antônio relutou, justificando-se que “não havia nada para ver lá”. E me convidou a conhecer sua pro-

priedade quando ela efetivamente tinha “vida”, olhando a grande fotografia enquadrada exposta na sala de sua casa da vila, onde conversávamos. Ficamos alguns longos minutos observando aquela imagem, e Antônio, enquanto narrava a história de constituição do sítio e recordava os tempos em que sua família ali vivia e produzia, novamente se emociona, tal como tinha se emocionado algumas vezes durante a entrevista, quando refletia sobre a forçosa necessidade de ter arrendado suas terras. Outros sitiantes também se emocionaram ao relembrar os significados do arrendamento, ou a imaginar o dia em que a necessidade dele se impusesse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sofrimento e a experiência de resistência dos sitiantes de Jales iluminam um problema antigo, que se revela bastante atual: o poder dos latifundiários, fundidos agora à imagem do capital agroindustrial, em fazer uso do território e dispor, sob pressão e violência, de uma diversidade de formas de vida. Através deles, então, podemos observar, ademais, os traços de continuidade que acompanham e definem essa classe (em si) chamada de camponeses: a condição de sujeição e os fundamentos de sua economia moral. Neste texto, destacamos as diversas estratégias que fazem possível que estes tenazes camponeses insistam em seguir vivendo e produzindo naquele espaço agora disputado pela usina sucroalcooleira. Trata-se, todavia, de processo de mudança social bastante recente, cujo futuro não nos cabe prever.

⁸ Para o estudo dos sentimentos, nos foram bastante importantes as referências de Raymond Williams (2009), Nibert Elias (1994) e Boltanski e Chiapello (2009).

O estudo por nós realizado (que teve seu primeiro produto, a tese de doutorado, concluída em 2012), de todo modo, procurou analisar e explicar as condições de persistência e as estratégias de resistência cotidiana destes sítiantes que vivem num contexto que lhes é extremamente desfavorável: o interior do Estado de São Paulo, que é o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo. E seguimos, acompanhando esse recente processo de mudanças e suas tensões⁹, na busca por refletir sobre o lugar deste sujeito histórico (o camponês) na sociedade contemporânea e de compreender a gramática e o sentido de suas batalhas cotidianas.

Trabalho recebido em 28/10/2013

Aprovado para publicação em 02/04/2014

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLTANSKI, Luc, e Ève CHIAPELLO. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FERNANDES, Florestan. “Anotação sobre o capitalismo agrário e mudança social no Brasil.” Em *Vida rural e mudança social*, por Ta-
- más SWNRECSÁNYI e Ariowaldo QUEDA, 131-150. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- HAEBART, Rogerio. *O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HOBBSBAWM, Eric J e Terence RANGER. *A invenção das tradições*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012.
- KOROVKIN, Tanya. *Comunidades indígenas, economia de mercado y democracia en los Andes Ecuatorianos*. Quito-Ecuador: CEDIME-IFE-Ediciones Abya-Yala, 2002.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1981.
- MELO, Beatriz Medeiros de. *História e memória na contração da expansão canavieira: um estudo das formas de resistência dos sítiantes do extremo noroeste paulista*. Tese (doutorado em Sociologia), São Carlos: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, 2012, 450f.
- MELO, Beatriz Medeiros de, e Maria Aparecida de MORAES SILVA. ““O sítio é bonito e triste”: sobre mudanças sociais e emoções no mundo rural paulista.” *Acta Científica XXIX*

⁹ As reflexões da tese que dá origem a este artigo se desdobraram no projeto de pós-doutoramento em execução desde julho de 2013, intitulado “A arquitetura moral da resistência, das práticas aos sentimentos e discursos: O caso dos sítiantes do extremo noroeste paulista”, supervisionado por Maria Aparecida de Moraes Silva, financiado pela FAPESP e executado a partir do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar.

- Congreso de La Asociación Lationamericana de Sociología. Santiago, Chile, 2013. 1-9.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. “O cotidiano camponês e sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott.” *Revista Raízes* 21, nº 01 (jan-jun 2002).
- MENEZES, Marilda, e Edgard MALAGODI. “Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência.” Em *Os atores do desenvolvimento rural*, por Sergio SCHNEIDER e Marcio GAZOLLA, 49-66. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- MORAES SILVA, Maria Aparecida de, Beatriz Medeiros de MELO, e Lara Abrão de MORAES. “Mulheres caipiras. Dois olhares sobre o mundo rural paulista.” *Revista Caravelle* 1 (2012): 77-106.
- MURUMATSU, Luís. *As revoltas do capim: movimentos sócio-agrírios no Oeste paulista 1959-1970*. FFLCH-USP. São Paulo, 1984.
- NARDOQUE, Sedeval. *Renda da terra e produção do espaço urbano*. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUISTA FILHO, FACULDADE DE CIENCIAS E TECNOLOGIA, 2007. 445.
- _____. *Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales/SP*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente Prudente, 2002.
- PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e impérios alimentares: luta por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- SCHUTZ, Hebert Mendes de Araújo. “A expansão da atividade sucroalcooleira: uma abordagem da declaração de inconstitucionalidade da Lei n. 5.200-2006 do município de Rio Verde em detrimento de um meio ambiente hídrico e sustentável.” *Ambito Jurídico* 93 (2001).
- SCOTT, James C. “Formas cotidianas de resistência camponesa.” *Revista Raízes* 21, nº 01 (jan-jun 2002).
- . *Los dominados y el arte de la resistencia*. México DF: Ediciones Era, 2004.
- . *Moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in southeast asia*. New Haven and London: Yale University Press, 1976.
- SILVA, José Graziano da, Mauro del GROSSI e Clayton CAMPANHOLA. “O que há de realmente novo no rural brasileiro.” *Cadernos de Ciência & Tecnologia* jan./abr. de 2002: 37-67.
- THOMPSON, Eduard Paul. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como um espaço de vida*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- WOLF, Eric. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.